

■ DORA KRAMER

Decoro quebrado

Na quinta-feira passada, quando se afastou do cargo de líder do governo no Senado, José Roberto Arruda declarou que o fazia, entre outros motivos, porque “às vezes é preciso ter elegância na vida”. Como se viu pelo discurso de ontem, melhor seria que ele tivesse seguido a máxima segundo a qual, não apenas às vezes, mas sempre é preciso ter elegância na vida”. Como se viu pelo discurso de ontem, melhor seria que ele tivesse seguido a máxima segundo a qual, não apenas às vezes, mas sempre é importante observar a verdade na vida. Notadamente na vida pública.

O senador Arruda agiu premido pela evidência dos fatos. Difícil crer que o tenha feito, como disse, para atender aos reclamos de sua consciência. A menos que ele parta do pressuposto de que sua consciência funciona por estímulo externo – no caso, o depoimento de Regina Borges – e não por convicção interna.

Da mesma forma como o senador Antonio Carlos Magalhães condenou-se *a priori* ao ter involuntariamente confessado aos procuradores a existência de uma lista de votantes que demonstrava a violação do painel eletrônico, o senador Arruda conspurcou irremediavelmente seu mandato com o discurso que fez na quarta-feira passada, defendendo-se da acusação de Regina Borges.

Na ocasião, o senador mentiu e reconheceu isto ontem, quando admitiu também ter levado a termo um ato anti-regimental. Fica, pois, claro que o decoro parlamentar foi quebrado. A despeito de todas as atenuantes que ele procurou criar com o pronunciamento de ontem, o Senado não terá como ignorar isso.

Se verdadeira, a confissão do senador Arruda também deixa o senador Antonio Carlos Magalhães em situação de quebra de decoro parlamentar, pelo falseamento da verdade, motivo que, cumpre lembrar, foi o que levou à cassação de Luiz Estevão. No aparte que fez ao discurso do colega na quarta-feira passada, ACM negou qualquer participação no episódio que, ontem, José Roberto Arruda apontou originário de uma “curiosidade” do senador baiano em relação à lista de votação.

Reconheça-se o brutal constrangimento a que ele se expôs quando decidiu admitir a responsabilidade. Mas, ainda assim, é preciso não esquecer da veemência com que havia negado tudo. Ao não combinar aquela com a contundência de ontem, o senador conseguiu anular a firmeza que exibiu em ambas as ocasiões e deixar no ar a desconfiança de que não foi sincero em nenhuma das duas.

As inconsistências do ato de contrição do senador Arruda são gritantes. Ele não chegou a admitir que tenha cometido delito algum, classificou seu ato de “falha” ou “deslize”, ao dizer que apenas consultou a ex-diretora do Prodasen sobre a “possibilidade” de os votos secretos serem, de alguma maneira, conhecidos. Se foi apenas uma consulta, como se justifica a agressividade da negativa da semana passada?

Onde os motivos pelos quais Regina Borges levaria a cabo um ato ilícito mediante mera consulta? O senador disse ontem que foi ingênuo, mas ingênuo é o que precisaria ter sido Regina Borges para, depois de mais de 30 anos de carreira, arriscar a reputação e a aposentadoria apenas pelo prazer de ser mais realista que o rei.

José Roberto Arruda afirmou que, diante do envelope com a lista – ou seja, ante a materialização da fraude – considerou que pudesse ter havido uma “precipitação” da funcionária. Pois muito bem, fosse assim, ele deveria agradecer o empenho, devolver a ela o material e, ato contínuo, dar início a um processo de sanção administrativa contra Regina e todos os envolvidos na violação do painel.

Não fez nada disso. Leu a lista e a entregou ao senador Antonio Carlos que, como depositário dela – na versão de Arruda – será instado pelo Senado a revelar o seu destino. O uso que fez dela, ele próprio revelou aos procuradores e a dezenas de pessoas – entre elas, vários jornalistas – às quais buscou dar demonstrações de poder ilimitado sobre os atos de seus pares.

Algumas interpretações correntes no Senado davam conta de que José Roberto Arruda recuou em busca de um meio-perdão para ele, para o senador Antonio Carlos Magalhães e, por extensão, para o próprio presidente do Senado, Jader Barbalho que, para evitar analogias arriscadas, não estaria interessado em punições radicais.

Nesse aspecto, ao governo também não interessaria que senadores dessa envergadura e nível de comprometimento – passado ou presente – com o Planalto fossem postos na situação limite dos que nada mais têm a perder. Seria a tese não do grande acordo de salvação geral – de execução impossível –, mas a operação de entrega dos anéis para que ficassem preservados os dedos.

A respeito disso, muito se conversou durante o fim de semana no cardinalato dos partidos aliados e no alto escalão próximo ao presidente da República, todos empenhados em que o senador Arruda fizesse ontem exatamente o que fez. Havia apenas algumas variações, uma delas ligada à expectativa de que ele renunciasse ao mandato no final do discurso.

O problema é que isso deixaria o senador Antonio Carlos sem muita opção de agir diferente e lançaria o foco da atenção de imediato sobre Jader Barbalho. A tentativa dos governistas que presenciaram a confissão de Arruda foi a de disseminar o sentimento de compaixão perante o ato que, no entanto, nos deu lição bem diferente: a de que o compadrio entre senadores já não é suficiente para garantir sobrevivência àquela senhora que, não obstante as pernas curtas, costumava ter vida longa.

O ato de contrição de Arruda revelou que ele mentiu ao Senado e feriu o regimento interno